



# Entre corpos: coabitação radical e produção do espaço *queer*

*Between bodies: radical cohabitation and the production of queer space*

**Pablo Pérez Navarro\***

Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

---

## Resumo

O presente texto parte das reflexões de Judith Butler sobre as políticas de coabitação, assim como das suas mais recentes aporções sobre a performatividade da assembleia, para explorar os efeitos da adoção de estratégias separatistas sobre as políticas de alianças da dissidência sexogenérica e relacional. A reflexão parte de uma leitura crítica dos modos de produção dos espaços de convergência e coligação dos ativismos *queer* e transfeministas da cidade de Madrid, com o objetivo de defender umas políticas espaciais e temporais comprometidas com o seu próprio desbordamento crítico.

**Palavras-chave:** Separatismo. Aliança. Coabitação. Transfeminismo. Espaço *queer*.

---

\*PPN: Doutor em Filosofia, e-mail: [pabloperez@ces.uc.pt](mailto:pabloperez@ces.uc.pt)

## **Abstract**

*This essay makes use of the Judith Butler's reflections on the politics of cohabitation, inasmuch as her more recent discussion of the performative power of assembly, in order to explore the effects of separatism on queer and transfeminist coalition politics. More specifically, I will offer a critical reflection on the processes of production of spaces of convergence and coalition in the city of Madrid, in order to defend the need for a spatial and temporal coalition politics committed with spreading critically beyond themselves.*

**Keywords:** *Separatism. Alliance. Cohabitation. Transfeminism. Queer space.*

A paisagem queer permanecerá ao mesmo tempo vulnerável e volátil e a sua textura e trajetórias merecem um exame minucioso antes de que possamos esperar sobreviver como redes viáveis e comunidades ou começar a proteger eficazmente e enriquecer as relações pelas que alguns temos recorrido tão longas distâncias.

*Gordon Brent Ingram*

---

## **Introdução<sup>1</sup>**

A geografia feminista e das sexualidades tem mostrado que a organização normativa do género e da sexualidade não é independente dos “modos de produção do espaço”, para usar a expressão com que o geógrafo Henri Lefebvre (1991) atacava a conceção do espaço como um mero marco formal, abstrato e vazio, onde o drama político e social se desenvolve. A partir desta intuição, a história do feminismo poderia ser lida e reescrita como uma luta pela constituição de espaços de alteridade, de *heterotopias* críticas que subvertem o modo como a matriz heterossexual se transforma em material cartográfico, urbanístico

---

<sup>1</sup> Este ensaio foi desenvolvido no âmbito do projeto Intimate- Citizenship, Care and Choice: The Micropolitics of Intimacy in Southern Europe, financiado pelo European Research Council, 7º programa-quadro (FP/2007-2013)/ERC Grant Agreement [338452].

---

e arquitetônico, presente desde a distinção fundacional entre espaços públicos e privados até a organização disciplinar do espaço doméstico (MAGDA, 1999, p. 101). Assim, poderia argumentar-se que esta consciência da centralidade da questão espacial liga a imagem utópica e acrônica dum espaço urbano habitado por mulheres notáveis de todos os tempos, concebida por Christine de Pizan no século XV, com as múltiplas formas dos espaços outros dos feminismos, muitas delas bem mais ancoradas no espaço e no tempo reais, tais como a mítica declaração de independência do panoptismo doméstico da *habitação própria* de Virginia Woolf. Ainda mais, se partimos da definição de Michel Foucault das heterotopias como “utopias efetivamente realizadas” (FOUCAULT, 1986, p. 24), as sempre ambivalentes transições entre o utópico e o heterotópico fazem parte da história de qualquer movimento de vocação emancipatória e, em consequência, de qualquer história do pensamento crítico.

Uma história tal dos feminismos, reinventada como história da produção de alteridades espaciais frente à normatividade de gênero, espaços que “suspeitam, neutralizam, ou invertem o conjunto de relações que designam ou que refletem” (FOUCAULT, 1986, p. 24), teria sem dúvida que reservar seus capítulos centrais tanto para as preocupações espaciais do feminismo radical de finais dos anos 60 nos Estados Unidos, como para a prolongada história das suas mutações e receções críticas nos feminismos, transfeminismos e ativismos *queer* contemporâneos. História esta da produção de espaços *outros* que resulta indissociável, se não equivalente, à da produção dos seus limites e fronteiras:

As heterotopias sempre pressupõem um sistema de abertura e de fechamento que ao mesmo tempo as isola e as torna penetráveis. Em geral, o lugar heterotópico não é abertamente acessível como um espaço público. Ou a entrada é obrigatória, como no caso dos quartéis ou da prisão, ou o indivíduo tem que se submeter a rituais e purificações. Para entrar deve-se obter uma certa autorização, fazer certos gestos (FOUCAULT, 1986, p. 26, tradução minha).

No emblemático caso do feminismo radical, e apesar da sua complexa diversidade interna (tendo em conta que “feminismo radical’, ‘essencialismo’, ‘mulher-identificada-mulher’, ‘separatismo lésbico’, ‘feminismo cultural’ são todos termos que partilham fronteiras em torno ao território de um conjunto de experiências políticas vividas de modo similar”, como explicava a partir dos seus próprios trânsitos ativistas Kathy Rudy [2001, p. 192]), um dos seus rasgos definitórios foi justamente a sua política fronteira, especialmente na sua vertente *separatista*. Preocupação esta que sempre comportou uma notável ambivalência. Por uma parte, para além dos seus conhecidos efeitos mobilizadores, o separatismo conseguiu pôr em evidência a hipocrisia que naturaliza o separatismo masculino (“a segregação parcial das mulheres dos homens e dos domínios masculinos à vontade dos homens”; FRYE, 1983) face à “histeria” que costuma acompanhar a criação de espaços só para mulheres<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo, esta preocupação pela (im)permeabilidade impulsionou as dinâmicas trans-excludentes dos espaços para “mulheres nascidas mulheres”, como a que acompanharia os quarenta anos de transfobia, recriada recentemente na série *Transparent*<sup>3</sup>, do *Michigan Womyn Music Festival*.

As políticas de fronteira dos espaços da dissidência sexogenérica e relacional não são nunca só o reflexo de uma foto fixa a que Paul B. Preciado chamaria, sexualizando a Hardt e Negri, *multidões* queer (PRECIADO, 2003). Muito pelo contrário, sucede que estas ligações e articulações de identidades de resistência têm lugar *através de* diferentes modos de produção do espaço (físico ou virtual). São estes que determinam, em primeiro lugar, os limites do possível no processo de emergência dos sujeitos da luta coletiva. Na perspectiva desenvolvida por Judith Butler em *Notes Toward a Performative Theory of Assembly* (2015) o espaço material onde os corpos *assembleiam* para o protesto ou

<sup>2</sup> Histeria que chega sem dúvida até a atualidade, como mostram muitas das reações à recente celebração dum festival de música só para mulheres, pessoas trans e não binárias em Suécia, em resposta às denúncias de assédio sexual em edições prévias (PIVETAL, G. Un festival solo para mujeres: la radical respuesta de Suecia a las agresiones sexuales. *El Confidencial*, 28 nov. 2017. Disponível em: <[https://www.elconfidencial.com/mundo/2017-11-28/festival-solo-mujeres-suecia-respuesta-agresiones\\_1484408/](https://www.elconfidencial.com/mundo/2017-11-28/festival-solo-mujeres-suecia-respuesta-agresiones_1484408/)>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

<sup>3</sup> TRANSPARENT, ep. 8. *Amazon Prime Video*, dec. 2015. Série audiovisual *on demand*.

a deliberação constitui o lugar de aparição do político enquanto tal, entendido como a produção de um certo espaço *entre* corpos<sup>4</sup>:

Arendt pensava sem dúvida na polis grega e no Fórum Romano quando afirmou que a ação política requer sempre um “espaço de aparição”. Como aponta numa das suas obras: “A polis, propriamente falando, não é a cidade-estado na sua localização física; é a organização das pessoas tal e como surge na atuação e na comunicação em conjunto, e o seu verdadeiro espaço reside entre pessoas que vivam juntas para este propósito, sem importar onde elas estejam”. O “verdadeiro” espaço está, então, “entre as pessoas”, o que significa que, ao mesmo tempo que tem lugar num sítio concreto, a ação configura um espaço que, em essência pertence à própria aliança (BUTLER, 2015, p. 72, tradução minha).

Frente à aproximação, em certo sentido mais utópica, de Hannah Arendt a este problema, Butler coloca o foco nos termos em que esse *entre* é, voltando à expressão heterotópica, *efetivamente* realizado. Assim, a aparição do espaço político depende não só das infraestruturas e condições materiais que fazem possível o encontro mas, também, dos termos em que é regulado o acesso a esse espaço. Neste sentido existe, por uma parte, uma precondição quase arquitetônica, relativa à disponibilidade e acessibilidade dos espaços materiais onde o encontro tem lugar. Este é o nível que converte a ocupação de centros sociais autônomos ou as mobilizações contra as limitações repressivas do direito de reunião, como as sofridas nos últimos anos no estado Espanhol, em condição de possibilidade para muitas outras lutas e alianças. O alcance da aliança queer-crip (GARCÍA-SANTESMASES, 2016), por exemplo, depende muito expressamente de esta dimensão. Ao mesmo tempo, qualquer espaço político entre corpos assenta sobre a produção, implícita ou explícita, do estabelecimento de uma política de fronteira, uma delimitação entre os corpos que estão convidados a participar da conversa, e os que não. Em relação aos modos de produção desse espaço

---

<sup>4</sup> A expressão “entre corpos” é também usada por Butler de forma literal: “Ninguém estabelece o espaço de aparição, este exercício performativo sucede só ‘entre’ corpos, num espaço que constitui a separação entre meu próprio corpo e o corpo do outro” (BUTLER, 2015, p. 77, grifo meu).

de exclusão, perguntas como “Como se forma essa pluralidade e que suportes materiais são necessários para a sua formação? Quem entra nesta pluralidade e quem não? E como é que se decide isso?” (BUTLER, 2015, p. 77) ocupam um lugar fundamental para entender os limites e as condições de inteligibilidade das alianças possíveis no desenvolvimento de qualquer luta coletiva. A partir dessa intuição fundamental, passo a explorar algumas tensões críticas das dinâmicas entre separatismo e coabitação nos modos de produção dos espaços de coligação da dissidência sexogenérica e relacional da cidade de Madrid.

### Contra-espacos críticos

Nos últimos anos, Madrid tem sido cenário de uma proliferação de contra-espacos das dissidências sexuais e de gênero, à margem dos caminhos habituais do ativismo LGBT institucional. Porém, inclusive este tem experimentado uma clara diversificação em colaboração com a nova prefeitura, fruto de uma coligação municipalista entre movimentos sociais e partidos políticos de esquerda<sup>5</sup>. Neste contexto, têm surgido novas formas de ativismo longe do centralismo geográfico, político e económico da celebração anual do Orgulho LGBT de signo institucional<sup>6</sup>. É o caso, por exemplo, do Orgulho da Periferia que, frente ao centralismo do primeiro, foi celebrado em colaboração com associações de moradores de 9 bairros periféricos habitados fundamentalmente pela classe trabalhadora e/ou emigrantes, e com uma importante presença do ativismo trans<sup>7</sup>.

A chamada plataforma do Orgulho Crítico, pela sua parte, tem operado como estratégico “ponto de acumulação” (REDONDO, 2015)

---

<sup>5</sup> Como as atividades organizadas com o apoio da câmara municipal com o nome “O porvenir de la revuelta”, entre as quais se destacam exposições que pretendiam recuperar a memória de grupos como a Radical Gai e LSD, impulsores do ativismo *queer* dos anos noventa.

<sup>6</sup> Orgulho LGBT refere aqui ao conjunto de atividades políticas, culturais e festivas organizadas em torno à manifestação do Orgulho LGBT anual por um conjunto de empresários (denominado AEGAL) e coletivos LGBT denominado MADO, em colaboração com a Câmara Municipal de Madrid.

<sup>7</sup> Ver ORGULLO VALLEKANO. © 2017. Disponível em: <<https://www.orgullovallekano.org/>>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

para um número crescente de grupos cujas atividades, como bem assinala Leandro Colling, “resultam fundamentais para entender as diferenças existentes entre o movimento LGBT e os coletivos *queer* da Espanha” (COLLING, 2015, p. 199). A Plataforma, que tem passado por diferentes etapas e operado com diferentes nomes, continua ativa desde que há uns 15 anos diferentes coletivos e ativistas se reuniram com a intenção de produzir uma alternativa hiperpolitizada à deriva neoliberal do Orgulho LGBT (TRUJILLO, 2017). Uma parte importante dos coletivos que convergem nela correspondem com a articulação de discursos emergentes na cidade de Madrid, como podem ser os ativismos poliamorosos e não monogâmicos em geral, os grupos Kink e BDSM, as famílias de crianças trans, os transfeminismos de migrantes e pessoas racializadas, o espectro assexual ou o coletivo romani-LGBT, entre outros. Logicamente, cada um dos coletivos que participa do Orgulho Crítico desenvolve políticas espaciais —e temporais— próprias. Assim, alguns deles dependem da manifestação como efêmero espaço de aparição, enquanto outros contam com as suas próprias assembleias e formas de ocupação do espaço público ao longo do ano, para além da comemoração anual das revoltas de Stonewall. Tendo em conta que cada um destes grupos regula o acesso ao seu próprio espaço entre corpos de uma forma diferente, pode-se afirmar que as políticas espaciais da dissidência sexogenérica e relacional da cidade de Madrid apresentam uma diversidade impossível de sistematizar. Porém, e com o objetivo de abordar criticamente as dinâmicas éticas e políticas que implica a recente definição da plataforma como um “espaço não misto”<sup>8</sup>, nos termos fornecidos pela tradição do feminismo separatista, será necessário distinguir algumas tendências gerais<sup>9</sup>.

Um extremo destas variações pode ser encontrado na Assembleia Transmaricabollo de Sol. Fiel aos princípios do Movimento 15-M, ao qual pertence, suas assembleias são abertas e convocadas publicamente,

<sup>8</sup> Em concreto, como um “espaço não misto” no qual participam pessoas que fazem parte de “alguma dissidência sexual e de género” (ORGULLO CRITICO MADRID, 2017).

<sup>9</sup> Neste artigo analiso os efeitos da adoção da política separatista no espaço da assembleia. Para uma reflexão, interrelacionada, sobre a organização não mista dos blocos nas manifestações feministas, ver a reflexão de Ricky G. Robles “Repensando los bloques no mistos” (2018).

sem qualquer limitação do conjunto de gêneros, sexualidades ou posicionamentos identitários convidados a propor ou bloquear consensos em cada assembleia. Contudo, a vocação de abertura radical desta assembleia em particular ou do movimento 15-M em geral não deve ser confundida com a produção automática dum espaço onde as diferenças de gênero, sexualidade, raça, classe, diversidade funcional, ou quaisquer outras, não se possam operar como políticas de fronteira de formas mais ou menos implícitas. De facto, grupos como Feminismos Sol e a própria Assembleia Transmaricabollo de Sol desenvolveram uma importante função crítica em relação ao sexismo, a homofobia e a transfobia, entre outras forças excludentes, na acampada inaugural do movimento 15-M (PÉREZ NAVARRO, 2014; 2015; TRUJILLO, 2016). Existe sempre uma distância entre a pretendida assepsia inclusiva da utopia e a sua, sempre mais complexa e ambivalente, concretização heterotópica.

Um pouco mais explicitamente delimitados que os da assembleia aberta encontram-se os espaços definidos como “espaços seguros”, segundo uma denominação muito ligada à história dos espaços autónomos do feminismo radical, como lembra Reichel Kenny em termos que lembram vivamente a descrição da performatividade política da assembleia descrita por Butler: “[o espaço seguro], no movimento das mulheres, era um meio mais do que um fim por ele próprio e não só um espaço físico mas também um espaço criado pelo juntar-se das mulheres na procura de comunidade” (2001, p. 24). Mais recentemente, a expressão “espaços seguros” remete também à prática de habilitar espaços livres de discursos de ódio ou violência homofóbica, transfóbica, entre outras, no âmbito académico, nomeadamente nos EE.UU, como lembra Christine Quinan numa aproximação ao conceito muito crítica com as conotações neoliberais do “foco na segurança e a vigilância” (2016). No caso do ativismo na cidade de Madrid, é comum o uso da expressão em múltiplos centros sociais ocupados e autónomos, mas também de festas, encontros, e assembleias. Assim, por exemplo, um coletivo de aparição relativamente recente, Sección Invertida, define os seus espaços próprios como seguros no sentido de que atitudes machistas, homofóbicas ou discriminatórias de qualquer tipo não serão aí toleradas. Consequentemente, como no caso das assembleias

abertas, o recurso à ideia de “segurança” não determina *a priori* que corpos podem ou não participar. Porém, constitui uma certa restrição da porosidade da assembleia, sob a forma da potencial expulsão de quem quebre as normas de convivência e respeito mútuo.

Em muitas assembleias, outra forma comum de estabelecer essa “fronteira discursiva” (BUTLER, 2017, p. 5) que define sempre o sujeito da ação coletiva e o seu exterior constitutivo é o estabelecimento das chamadas “linhas vermelhas”. Estas definem, em grandes rasgos, não só o horizonte político da assembleia como, também, os limites da sua inclusividade em termos estritamente políticos. No caso do Orgulho Crítico, por exemplo, é comum que esta fronteira discursiva seja definida por muitas das lutas interseccionais que definem o horizonte político da plataforma, convertendo-o em contra-espaco crítico: antiracismo, anticapitalismo, antiespecismo, transfeminismo e outras similares, dependendo do consenso anual.

Por último, muitas vezes em combinação com a anterior aposta em “espaços seguros”, existe a prática de delimitar os exteriores constitutivos das assembleias em termos identitários, política espacial de uma parte importante dos coletivos autodefinidos como transfeministas. Termo este último que, em relação aos modos de produção de heterotopias sexogenéricas, assinala uma diversidade de práticas e tradições ativistas que merece aqui especial atenção.

## **Declinações do separatismo transfeminista**

Apesar da diversidade de genealogias possíveis do transfeminismo no caso do Estado Espanhol, seria difícil não incluir entre estas, pelo menos, duas influências claras: o movimento pela despatologização trans e o impacto das teorias e ativismos *queer* no feminismo autónomo (FERNÁNDEZ; ARANETA, 2013; SOLÁ, 2013). Como resultado dessa convergência de lutas, o transfeminismo parte da abertura crítica do sujeito “mulheres”, em aliança com um número dificilmente delimitável de corporalidades, gêneros e posicionamentos subjetivos. Nesse sentido, o transfeminismo traz consigo a dinâmica entre proliferação e

coligação, intrínseca às políticas *queer* e que ocupava um lugar central em *Problemas de Gênero* (BUTLER, 2017). Esta é especialmente rotunda num dos momentos muitas vezes considerados fundacionais do transfeminismo no estado Espanhol, o *Manifesto para a insurreição transfeminista*<sup>10</sup>, assinado pela Rede PutaBolloNegraTransFeminista e lançado quando da celebração das Jornadas Feministas Estatales do ano 2009 (FERNÁNDEZ; ARANETA, 2013, p. 53; SOLÁ, 2013, p. 21). Assinado por uma coligação de coletivos autoidentificada como “manada furiosa”, este inclui referências a uma série de posicionamentos subjetivos, de identificações e desidentificações que se destaca pela impossibilidade de conter “a manada” em qualquer marco de referência comum, incluindo o suposto denominador comum das dissidências sexogenéricas e relacionais.

Não só por incluir referências a diferenças de classe ou étnico-raciais, entre outras, mas também porque nenhuma destas diferenças se tornam eixos de referência sobre os quais se assentam as outras. Putas, sem papéis, viados, precárias, muçulmanas, sapatões, travestis, *superfems*, *butchs*, aparecem desordenadamente no manifesto da Rede. Como resultado, se pretendermos ler este texto como um exercício de produção performativa dum emergente sujeito, este pertenceria a um espaço lógico similar ao de uma “certa enciclopédia chinesa” ficcionada por Jorge Luís Borges (e citada por Foucault na sua explicação das heterotopias na introdução de *As palavras e as coisas*, 2000, p. xiv) que classificava os animais em categorias como “sereias”, “que ao longe parecem moscas”, “inumeráveis” ou “etcetera”, além de outras categorias cuja justaposição subverte as regras de qualquer taxonomia possível. Assim, mais do que a coligação entre uma série concreta de identidades composta, entre outras, por “falantes de Wolof”, a Rede anunciava o seu compromisso com o descentramento crítico da luta da dissidência sexogenérica e relacional através de políticas de aliança não antecipáveis, inscritas no manifesto na justaposição de lutas aparentemente díspares e no recorrente uso das reticências.

---

<sup>10</sup> Disponível em inglês, italiano e português na web do Museo Oral de la Revolución (RED PUTABOLLONEGRATRANFEMINISTA, 2010).

Esta irrupção transfeminista, termo que para algumas “soa *me-lhor* em castelhano que o termo *queer*”; (SOLÁ, 2013, p. 19) e que, em certos contextos, substitui as apropriações mais próximas ao carácter insultuoso do *queer* (como *maribolleras*, *transmaribibollos* ou *transmaricabollos*, usadas por diferentes coletivos<sup>11</sup>), não só representou, dado o conjunto de assinaturas do manifesto, uma aliança entre coletivos com trajetórias díspares, como tem evoluído por diferentes caminhos. No que diz respeito às suas políticas espaciais, uma parte importante dos coletivos transfeministas aposta em combinar, talvez paradoxalmente, o impulso proliferante, reconhecivelmente *queer*, inscrito no manifesto, com a inércia separatista do feminismo radical (“Vimos do feminismo radical”, começava o manifesto da Rede). Assim, existem grupos que abrangem um espectro internamente diverso de identidades (e nesse sentido participam da crítica transfeminista ao sujeito único “mulheres”), delimitado por fronteiras bem definidas em termos identitários (e nesse sentido são separatistas).

Podemos encontrar um bom exemplo em alguns dos centros sociais emblemáticos do ativismo feminista de Madrid, como a Eskalera Karakola, ativa desde 1996. Na atualidade, este espaço autónomo define-se como transfeminista<sup>12</sup> e tanto as suas assembleias organizativas como parte das suas atividades definem-se como “não mistas” por estar reservadas, em concreto, à participação de “mulheres, sapatonas e trans”<sup>13</sup>. De forma similar, outro espaço social autónomo, a Hoguera Transfeminista, que foi desalojada em 2015 mas manteve continuidade como coletivo, definia-se como um espaço “Okupado por mulheres, sapatões e trans”, numa “aposta clara pelo que chamamos ‘espaços não mistos’ ou ‘espaços diferenciados’ onde as masculinidades cis e a heterossexualidade deixem de ter o espaço que ocupam no nosso

<sup>11</sup> É o caso das Maribolheras Precárias, grupo *queer* da Coruña, das anuais Jornadas Transmaribibollo de Madrid, organizadas por uma assembleia autodefinida como LGBTQBQ, e da já citada assembleia Transmaricabollo de Sol, que se define indistintamente como transfeminista e *queer*.

<sup>12</sup> ESKALERA KARAKOLA. Proyectos Karakola. 2017. Disponível em: <<https://eskalerakarakola.org/proyectos-karakola/>>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

<sup>13</sup> Tais como as suas assembleias internas ou a paradoxalmente denominada “Assembleia *aberta* de Lavapiés. *No mixta*” de preparação da Greve Feminista do 8 de Março (LAVAPIÉS #HaciaLaHuelgaFeminista 8M. [2018]. Página do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/382691368810028/>>. Acesso em: 28 de junho de 2018; grifos meus).

sistema hetero-patriarcal-capitalista”<sup>14</sup>. Porém, a estratégia separatista da Hoguera explicitava um interesse especial em estabelecer algumas alianças para além do seu núcleo identitário, pelo que consideravam “gerar alguns lugares” onde os “coletivos transmaricabollos, que incluem homens viados, possam sentir-se confortáveis”<sup>15</sup>.

Outro coletivo que se apresenta como transfeminista e que aposta pelo separatismo dos espaços não mistos é Migrantes Transgresorxs, cujo ativismo é fruto de um intenso cruzamento entre as lutas das “pessoas racializadas, migrantes, negrxs, refugiadx diversxs”<sup>16</sup> e as dissidências sexuais e de género. Especialmente a partir de 2017, o grupo tem estado muito ativo na produção de espaços acessíveis, neste caso, “só para pessoas racializadas”, na forma de diferentes espaços de debate sobre antirracismo, gordofobia ou antiespecismo, entre outros tópicos. No marco do Orgulho Crítico, Migrantes participou da convocatória para formação de um bloco não misto na manifestação, constituído por “apenas racializadx, migrantes, negrxs, afrodiásporixs, latinxs, morxs, ciganxs, asiáticxs, árabes e rumanxs”<sup>17</sup> e que, convertendo a produção do espaço diferenciado em senha de identidade, anunciava-se como Manada Antirracista (Trans)fronteriza e “livre de eurobrancos”. Lema este último que, com grande capacidade sintética, combina a reivindicação de um separatismo declinado em termos raciais com a multiplicidade ingovernável de uma manada transfeminista que torna-se, no mesmo gesto, apropriação da injúria da animalização colonial do corpo racializado. Tendo em conta o modo como a questão geral das migrações e da racialização no marco (de-) colonial vincula os modos de produção do espaço e os modos de produção do corpo, não surpreende que a preocupação geral com a (des)territorialização, por “desconstruir e construir espaços” seja, de facto, parte

<sup>14</sup> LA HOGUERA. Qué queremos... *La Hoguera*, Madrid, [201-]. Disponível em: <<https://lahogueratransfeminista.wordpress.com/acerca-de/>>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> MIGRANTES TRANSGRESSORXS. Quiénes somos. [201-]. Disponível em: <<http://migrantestransgresorxs.blogspot.pt/p/quienes-somos.html>>. Acesso em: 28 de junho de 2018

<sup>17</sup> MIGRANTES TRANSGRESSORXS. Manada antirracista transfronteriza. Manifestación 28J. Orgulho crítico. *Migrantes Transgresorxs*, 27 jun. 2017. Disponível em: <<http://migrantestransgresorxs.blogspot.pt/2017/06/manada-antirracista-transfronteriza.html>>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

central do discurso das Migrantxs. Incluindo não só a territorialização da raça como, também, dos trânsitos de gênero, para denunciar a especificidade das violências que recaem sobre quem cruza, a um tempo, fronteiras entre “geografias y territorios corporais”<sup>18</sup>.

Às declinações do separatismo transfeminista pertencem também encontros estatais como o celebrado em Madrid em 2015, definido como “transfeminista, libertário, *no misto*”<sup>19</sup>, dirigido exclusivamente a “pessoas que se identifiquem com a etiqueta *marica* (bicha)”. A multiplicidade transfeminista estava novamente presente, nesta ocasião através da proliferação *interna* da identidade *marica*, entendida como abrangente de “um amplo leque de identidades existentes, pessoas trans, identidades de gênero não binário... que sintam como seu esse termo”<sup>20</sup>. O encontro tinha por objetivo superar o esquecimento daquilo que, entre a interseccionalidade de lutas, “nos compete *especificamente* como bichas”<sup>21</sup>, e serviu de base para a formação de outras assembleias de bichas que também organizavam atividades não mistas durante o Orgulho Crítico<sup>22</sup>. Ao mesmo tempo, os encontros estatais enquanto tal também tiveram continuidade. O último destes teve lugar numa cidade do Sul de Espanha, Granada, e levantava, de forma similar a Migrantxs, uma geografia a um tempo territorial e sexogenérica, com o fim de “articular dissidências e resistências e construir alternativas partindo de nossa diversidade de identidades *marikonas* vivenciadas no sul”<sup>23</sup>. Como explicam na sua proposta, a referência ao sul devia ser lida como “território geográfico mas também político e simbólico atravessado por diferentes relações de poder, (des)prestígios,

<sup>18</sup> MIGRANTES TRANSGRESSORXS. Quiénes somos. [201-]. Disponível em: <<http://migrantstransgresorxs.blogspot.pt/p/quienes-somos.html>>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

<sup>19</sup> USUARIXMARIKA. Convocatoria para un Encuentro Marika transfeminista libertario estatal. *Encuentro Marika*, 05 nov. 2015. Disponível em: <<https://encuentromarika.noblogs.org/post/2015/11/05/ciao-mondo>>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> No ano 2016, estas incluíram uma festa “não mixta de corporalidades diversas, aberta a todas aquelas pessoas que se identifiquem com a etiqueta política ‘Marika’”. (MOSCACONERA, 2016).

<sup>23</sup> USUARIXMARIKA. Encuentro “Ponme mirando al sur, marikón”. *Encuentro Marika*, 14 mar. 2017. Disponível em: <<https://encuentromarika.noblogs.org/post/2017/03/14/encuentro-ponme-mirando-al-sur-marikon/>>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

(des)privilégios e opressões”<sup>24</sup>. Neste sentido, as políticas espaciais dos *Encuentros Marikas* estariam caracterizadas pela combinação do sacrilégio de um transfeminismo não dirigido (em princípio) a mulheres, a recorrente tensão entre uma multiplicidade de “corporalidades diversas” e o estrito marco identitário previsto pelo separatismo, aqui complementado com uma apropriação “des-viada” das Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos.

Na sua diversidade, este conjunto de transfeminismos separatistas compartilha a tentativa de definir as fronteiras dos seus espaços próprios em termos de identificações, assim como de organizar os seus exteriores constitutivos, os seus espaços da indignação política, a partir de diferentes des-identificações. É neste sentido que a política espacial, simultaneamente material e política, característica de cada um deles, contrasta vivamente com o impulso proliferante desse momento fundacional do transfeminismo representado no manifesto da Rede, muito mais próximo das políticas queer da proliferação e coligação em *Problemas de Género* ou, de forma muito mais orgânica, à noção de multidões queer de um dos seus destacados assinantes, Paul B. Preciado (2011).

Nos termos de uma topologia das alianças, esta tensão entre impulsos proliferantes e inércias identitárias, entre os modos de produção do espaço queer e os modos de delimitação do separatista, encontra um interessante paralelismo na peculiar tensão existente entre o prólogo (“Decimos revolución” de Paul B. Preciado) e a introdução (“Pre-textos com-textos e textos”, de Miriam Solá) da plural antologia *Transfeminismos, Epistemes, fricciones y flujos* (SOLÁ; URKO, 2013). Assim, onde o primeiro oferece a afirmação de uma “diáspora raivosa” (PRECIADO, 2013, p. 12) na qual os e as trabalhadoras do sexo compartilham parágrafos com migrantes sem terra, sem papéis, autistas, velhas em situação precária e animais de laboratório, em desordenada sequência, o segundo constitui uma conciliadora chamada a construir “um” movimento que se distancia do queer numa direção não só mais contextualizada e mais local (SOLÁ, 2013, p. 19) como, também, mais responsável e mais humilde (p. 22). O transfeminismo teria nesse

<sup>24</sup> Idem.

sentido madurado para adotar, quatro anos depois de ter incorporado no citado manifesto a proliferante crítica queer a um “sujeito político do feminismo ‘mulheres’”, (por o considerar “excludente por ele próprio”), uma postura menos “conflituosa”, até o ponto de deixar de gritar que “o feminismo será transfeminista ou não será” (como nas Jornadas Feministas de 2009) porque mudar “o feminismo” não estaria “na nossa mão” (p. 22).

Neste sentido, a evolução dos transfeminismos que defende Miriam Solá e, também, a tensão entre o impulso proliferante e a delimitação identitária dos espaços nas variações separatistas do transfeminismo faz lembrar a conhecida sequenciação com que Jeffrey Weeks domesticava as políticas da transgressão queer, entendendo-as como uma mera fase preparatória do, supostamente mais reflexivo, momento da negociação de demandas cidadãs (WEEKS, 1995). Com a particularidade, isso sim, de situar estes separatismos simultaneamente *antes e depois* do impacto da crítica queer sobre os espaços do feminismo.

### **Aliança e separatismo nos espaços de coligação**

Num sentido estritamente formal os diferentes separatismos costumam ser incompatíveis entre eles: o separatismo de espaços como a Hoguera não *cabe* na política espacial dos separatismos migrantes que, por sua vez, não cabe nos espaços não mistos monoidentitários, como o separatismo bicha. A possibilidade da *coabitação*, entendida nos termos éticos e políticos desenvolvidos por Judith Butler em *Parting Ways* como “coarticulação com a alteridade” (BUTLER, 2012, p. 30) dependeria aqui, portanto, da adoção de uma política espacial diferente da de qualquer dos coletivos citados. De forma similar, a diversidade de identificações possível nos coletivos ou assembleias abertas ultrapassa os limites de qualquer marco separatista, por mais abrangente que este possa parecer. O efeito contrário, porém, não se verifica: num espaço de coligação aberto cabem tantos separatismos quantos quisermos.

A recente adoção das políticas espaciais da “não misticidade” nesse espaço de coligação das dissidências sexogenéricas e relacionais que

representa a assembleia do Orgulho Crítico assenta, em consequência, sobre uma série de exclusões constitutivas que delimitam o alcance das alianças possíveis no espaço da coligação. Mais em concreto, a variação em certo modo limite da inclusividade do transfeminismo separatista que definiu o Orgulho Crítico em 2017 como um espaço “não misto” para pessoas que fazem parte “de alguma dissidência sexual ou de género”<sup>25</sup> exclui, por exemplo, da participação quaisquer *aliadas* (das pessoas que se identifiquem com qualquer dissidência sexual ou de género), com total independência de que estas participem do horizonte político do espaço da plataforma. De forma similar, o *entre corpos* da assembleia levanta uma “fronteira discursiva” (BUTLER, 2017, p. 5) frente a quaisquer coletivos ou ativistas que se sintam parte de dissidências justapostas, e portanto, não incluídas, na sexual ou de género.

Por outro lado, numa perspetiva mais situada, qualquer consenso atingido no seio de espaços não mistos articula esta distribuição de legitimidades sobre um eixo que não é só espacial e identitário mas, também, temporal. Por definição, as políticas dos espaços não mistos assentam sobre o momento de clausura espacial em que uma série dada de participantes estabelece a política de fronteira a aplicar sobre qualquer outro que pretenda incorporar-se com posterioridade. Desta forma, a temporalidade própria do separatismo introduz, nos modos de produção do espaço da aliança, as dinâmicas éticas e políticas da relação entre o anfitrião e o hóspede. E o faz num sentido que não é só sincrónico e completamente dependente das vicissitudes dos processos e contextos locais mas também histórico, através de todos os subentendidos implícitos em qualquer definição dos limites do espaço não misto.

Assim, tal como, historicamente, as emergentes identidades trans foram barradas dos espaços não mistos do feminismo radical, também os coletivos e discursos de emergência recente serão os que com maior facilidade possam ver posta em causa a sua presença nos espaços do transfeminismo separatista. Como vívido exemplo deste tipo de dinâmicas da (in)hospitalidade nos espaços não mistos, sirva o manifesto

---

<sup>25</sup> ORGULLO CRITICO, 2017.

do coletivo assexual<sup>26</sup>, lido no ponto final da manifestação do Orgulho Crítico no ano da sua definição como espaço não misto<sup>27</sup>:

Podem expulsar-nos de todos os espaços que quisermos, mas a rua é nossa. Nossa presença nos espaços transfeministas é muitas vezes lida como uma intromissão, como um aborrecimento, como um questionamento das liberdades sexuais. Liberdade sexual também é não foder, foder só com as pessoas que queremos, foder pouco, desconstruir o desejo. Vimos dizer que o transfeminismo pode entender-se desde outros cenários que não mistifiquem o sexo [...] Construimos alianças inesperadas com outras dissidências. Formamos redes mais diversas, mais visíveis. Oxalá seja a base de outro tipo de orgulho. Outra forma de compartilhar espaços (ACEs, 2017).

Esta intervenção do coletivo assexual corresponde ao seu segundo ano de participação na assembleia do Orgulho Crítico, interrompida pelo conflito ao qual fazem referência. Nela se dá conta, por um lado, de distâncias críticas habituais em espaços de encontro entre ativismos assexuais e alossexuais como os que descrevia o geógrafo Gavin Brown em referência aos espaços autônomos do ativismo queer na cidade de Londres (BROWN, 2007). Concretamente, quando um grupo de ativistas ironicamente autodenominados como Frigid Youth Alliance chamou a atenção sobre o desconforto que a hipersexualização do espaço podia ter sobre “éticas sexuais diferentes ou para as quais o jogo sexual em si não é uma parte central do seu ativismo” (BROWN, 2007, p. 2695), atuando assim como “lembrança” de que a assexualidade também pode servir para “queerizar” os espaços queer (p. 2695). Ao mesmo tempo se reflete aqui, para além de qualquer possível distância crítica, a rutura final da coabitação.

No seu sentido mais elementar, esta rutura marca o fracasso no processo de transformar o antagonismo alo/assexual num agonismo

<sup>26</sup> ACEs — Asexual Community España (<https://www.asexual.es/>).

<sup>27</sup> Em edições anteriores a plataforma assumia um caráter de assembleia aberta, que por seu turno possibilitou, entre outras coisas, a colaboração estreita com mobilizações caracterizadas por políticas de coabitação radicais, como o 15-M (na forma do Orgulho Indignado de 2011), além da sua própria constituição como plataforma do 15-M, como o nome de Toma el Orgullo em 2012 (PÉREZ NAVARRO, 2014).

(nos termos de Chantal Mouffe [2016]) que permita, para começar, a coabitação no espaço de convergência. Através da expulsão, seja esta metafórica, simbólica ou real, o conflito é relegado ao exterior constitutivo de uma assembleia que, de forma nada casual, deixa de incluir um grupo de emergência recente no *entre corpos* da coligação. A situação lembra a de outros coletivos que têm enfrentado situações semelhantes nos espaços da dissidência sexogenérica, como a tentativa de expulsão do coletivo poliamoroso da marcha do Orgulho LGBTQ de Lisboa (CARDOSO, 2014), a título de exemplo próximo, temporal e geograficamente.

Estas dinâmicas da (in)hospitalidade afetam especialmente, ao menos de forma potencial, os coletivos que habitam nas populosas fronteiras temporais das dissidências sexogenérica e relacional: ativismos poliamorosos e não monógamos; coletivos que são, por definição, de aliadas, como as famílias de crianças trans; os emergentes ativismos BDSM e Kink; os e as trabalhadoras do sexo são, por citar só alguns, dissidências que habitam as fronteiras da produção separatista do espaço da coligação. Neste sentido, os diferenciais de legitimidade implicados na temporalidade do separatismo contrastam com as formas de coabitação radical características dos modos históricos de produção de espaços queer a partir do encontro entre uma pluralidade irreduzível de histórias de luta, além de qualquer definição possível do espaço “não misto”. A espacialidade do separatismo define-se, neste sentido, pela renúncia em encarar o desafio de uma “dificuldade da tradução” que Judith Butler relaciona assim com o problema geral da temporalidade:

O *co da coabitação* é também o nexos onde temporalidades convergentes articulam o momento presente, não um momento onde uma história do sofrimento nega outra, mas onde se torna possível que uma história de sofrimento ofereça as condições de harmonização para a outra, e onde quaisquer ligações que sejam estabelecidas procedam através da dificuldade da tradução (BUTLER, 2012, p. 130, tradução minha).

Claro está, o separatismo não anuncia apenas potenciais conflitos fronteiriços. Também determina aqueles que nem sequer vão poder ser levantados. Parafraseando as topologias da inteligibilidade descritas por Judith Butler em “Is Kinship Always Already Heterosexual?”

(BUTLER, 2002) existe, também, o lugar das alianças que resultam ininteligíveis para o projeto separatista. Este é o caso de muitas das alianças que, paradoxalmente, apontam debates e lutas que têm ocupado as reflexões coletivas na Plataforma do Orgulho Crítico, como a contestação crítica da construção homonacionalista das políticas feministas e LGBT através da recriação, entre outras figuras, do refugiado islâmico como ameaça de violência machista (VASALLO, 2014) e homofóbica (AHMED, 2017). Apesar da urgência destas possíveis alianças<sup>28</sup>, o separatismo renuncia à coabitação com alguns dos coletivos com os que mais produtiva poderia ser a desarticulação dos pressupostos racistas do homonacionalismo, como os coletivos de pessoas migrantes (sem ênfase na questão sexogenérica), pelos direitos das refugiadas, ou contra a ocupação de Palestina, entre tantos outros.

De forma similar, fazem também parte das alianças ininteligíveis para o projeto separatista as lutas que intersectem com qualquer concepção possível da dissidência sexogenérica, como as lutas antifascistas, os movimentos contra a gentrificação, os coletivos de diversas funcionais, contra a repressão dos protestos e da liberdade de expressão, plataformas em defesa da educação pública ou pelo acesso à habitação ou à saúde, para referir só algumas das múltiplas direções ativistas com as quais a coligação separatista se renuncia a coabitar. A não ser, claro está, que qualquer dos coletivos implicados nessas lutas se apresente no espaço comum dentro das estreitas margens identitárias previstas pelos limites da política separatista.

---

<sup>28</sup> Alianças urgentes como as que se formaram para condenar o apoio, por parte de diversos coletivos LGBT, à expulsão de vários petionários de asilo político de origem saharai sem mais justificações, nem garantias judiciais, que a acusação de uma suposta agressão verbal homofóbica. No espaço aberto pelo manifesto de repúdio a este apoio, que marca um episódio histórico do homonacionalismo dos discursos LGBT em Espanha, encontraram-se em improvável coabitação virtual coletivos pela causa do povo saharai, coletivos de famílias de crianças trans, coletivos queer, cristãos LGBT, transfeministas e grupos de muçulmanos contra a islamofobia, entre outros (ORGULLOS CRITICOS DO SUL, 2017).

## A modo de conclusão: pontes e fronteiras

No par de ensaios que compõem *Times Square Red, Times Square Blue*, Samuel R. Delany narra o mundo de relações que os cinemas pornô e locais similares faziam possível na Nova Iorque dos anos oitenta (DELANY, 2001). Relações não só sexuais, mas também de amizade que atravessavam um amplo espectro de diferenças raciais, sexuais, geracionais, de classe, de diversidade funcional. A perda da riqueza política, pessoal e intercomunitária que a conservadora reestruturação neoliberal do espaço urbano constitui é identificada, no relato de Delany, como a destruição das heterotopias sexuais em que tinham lugar múltiplas formas do que Delany chama “contacto”: o tipo de encontro do qual surgem, de forma imprevisível, alianças sexuais, afetivas, solidárias, entre pessoas muito diferentes entre si. A possibilidade de estabelecer contacto depende, aprendemos de Delany, da disponibilidade dos espaços onde este acontece, desde os cinemas pornô até a fila do supermercado.

As políticas do contacto apontadas por Delany, geradoras de alianças imprevisíveis através de diferenças que podiam parecer insuperáveis, podem servir como inspiração para a produção de espacialidades queer muito para além dos espaços do cruising urbano. A origem sexual da metáfora remete à desapareção da distância entre formas ou superfícies corporais não obstante diferenciadas, possibilidade da qual depende o carácter político desse espaço entre corpos que, para Butler, “une tanto como diferencia” (2001, p. 77). Desde essa ótica, o espaçamento que permita a reunião é, ao mesmo tempo, distanciamento e contacto, ou também, como assinala num artigo recente Boaventura de Sousa Santos, ao mesmo tempo fronteira e ponte (DE SOUSA SANTOS, 2018). Esta é a ambivalente forma de espacialidade que ocupa, na minha opinião, o lugar central nos modos de produção do espaço queer. A mesma espacialidade que Gloria Anzaldúa denominava, simplesmente, “pontear”, no particular manifesto contra o feminismo separatista que abre a antologia *This Bridge We Call Home*:

---

Não há espaços seguros. O “lar” pode ser inseguro e perigoso porque implica a aparência da intimidade e, com ela, fronteiras mais finas. Permanecer no “lar”, sem arriscar sair da zona de conforto, é uma atitude que procede da ferida, e estanca o nosso crescimento. Pontear significa debilitar as nossas fronteiras, não fechá-las aos outros. Pontear é o trabalho de abrir a porta ao estranho, por dentro e por fora. Cruzar o umbral é nos desfazermos da ilusão de segurança porque passamos a habitar num território que não é familiar. Pontear é uma tentativa de comunidade, e para isso devemos correr o risco de estar abertos à intimidade pessoal, política e espiritual, correr o risco de ser feridas (ANZALDÚA, 2002, p. 2).

Os espaços do ativismo contam com as suas temporalidades e lógicas situadas, as suas dinâmicas e contradições, incluindo momentos de maior ou menor abertura ao estabelecimento de alianças com outros movimentos. Torna-se, portanto, essencial pensar nas formas como o separatismo nos espaços de coligação pode asfixiar as alianças necessárias para dar resposta a desafios que, como o da construção xenófoba da Europa fortaleza, afetam de forma transversal uma multiplicidade indefinível de coletivos. Neste contexto, a construção de qualquer dissidência parece depender mais que nunca da capacidade para desenvolver políticas de encontro radical com a diferença que, no lugar de fechar a porta desde o interior de quaisquer movimentos, permitem estabelecer as alianças críticas necessárias para a sua transformação naquilo que estes ainda não são.

## Referências

ACEs. Manifiesto Asexual en el Orgullo Crítico Madrid. *Orgullos Críticos do Sul*, 3 jul. 2017. Disponível em: <<https://orgulloscriticos.wordpress.com/2017/07/03/manifiesto-asexual-en-el-orgullo-critico-madrid/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

AHMED, D. Islamofobia queerizada e islam queer en tiempos de homonacionalismo. In: SOS RACISMO. *Islamofobia y género: mujeres feminismos, instituciones y discursos frente al sexismo y el racismo*. 2017. p. 61-64.

ANZALDÚA, G. (Un)natural Bridges (Un)safe Spaces. In: ANZALDÚA, G.; KEATING, A. (Eds.). *This Bridge We Call Home: Radical Visions for Transformation*. Abingdon: Routledge, 2002.

BROWN, G. Mutinous eruptions: autonomous spaces of radical queer activism. *Environment and Planning A*, v. 39, n. 11, p. 2685-2698, 2007.

BUTLER, J. Is Kinship Always Already Heterosexual? *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, v. 15, n. 2, p. 14-44, 2002.

BUTLER, J. *Parting Ways: Jewishness and the Critique of Zionism*. New York: Columbia University Press, 2012.

BUTLER, J. *Notes Toward a Performative Theory of Assembly*. London: Harvard University Press, 2015.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Lisboa: Orfeu Negro, 2017.

CARDOSO, D. My Spivak is Bigger Than Yours: (Mis-) Representations of Polyamory in The Portuguese LGBT Movement and Mononormative Rhetorics. *LES Online*, v. 6, n. 1, p. 45-64, 2014.

COLLING, L. *Que os outros sejam o normal*. Bahia: Edufba, 2015.

DE SOUSA SANTOS, B. As fronteiras entre muros e travessias. *Jornal de Letras*, n. 27, mar. 2018.

DELANY, S. R. *Times Square Red, Times Square Blue*. New York: New York University Press, 2001.

FERNÁNDEZ, S.; ARANETA, A. Genealogías trans(feministas). In: TRANSFEMINISMOS. Epistemes, fricciones y flujos. Villatuerta: Txalaparta, 2013. p. 45-59.

FOUCAULT, M. Of Other Spaces. *Diacritics*, v. 16, n. 1, p. 22-27, 1986.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRYE, M. *Some Reflections on Separatism and Power: the politics of reality: essays in feminist theory*. New York: Crossing Press, 1983.

---

GARCÍA-SANTESMASES. Yes, we Fuck! El Grito de la Alianza Queer-Crip. *Revista Latinoamericana de Geografía e Género*, v. 7, n. 2, p. 226-242, 2016.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Urban Studies. Malden: Blackwell Publishing, 1991.

MAGDA, R. M. R. *Foucault y la genealogía de los sexos*. Barcelona: Anthropos, 1999.

MOSCACOJONERA. Orgullo crítico 2016: porque sigue siendo una protesta. Y diversa. *Golfs con principios*, Madrid, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.golfsconprincipios.com/en/lamoscacojonesa/orgullo-critico-2016-porque-sigue-siendo-una-protesta-y-diversa-madrid/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MOUFFE, C. Democratic Politics and Conflict: An Agonistic Approach. *Política Común*, v. 9, p. 1-6, 2016.

ORGULLO CRITICO MADRID. OCM 2017. *Orgullo Critico*, 24 abr. 2017. Disponível em: <<https://orgullocritico.wordpress.com/2017/04/24/ocm2017/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

ORGULLOS CRÍTICOS DO SUL. Comunicado de apoio a los saharauis expulsados. *Orgullos Críticos do Sul*, 4 set. 2017. Disponível em: <<https://orgulloscriticos.wordpress.com/2017/09/04/no-en-nuestro-nombre/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

PÉREZ NAVARRO, P., Queer Politics of Space in the 15-M Movement. *Lambda Nórdica*, v. 19. n. 2, p. 83-114, 2014

PÉREZ NAVARRO, P. Heterotopía y políticas sexo-genéricas de la acampada. In: Palmero, M.J.; Piñero, A. (eds.) *Éticas y políticas de la alteridad*. En torno al pensamiento de Gabriel Bello Reguera. Madrid: Plaza y Valdés, 2015. p. 313-339.

PRECIADO, P. B. Multitudes *queer*. *Multitudes*, v. 12, n. 2, p. 17, 2003.

PRECIADO, P. B. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais.” *Estudos Feministas*, v. 19, n. 1, 2011.

PRECIADO, P. B. Decimos revolución. *TRANSFEMINISMOS*: epistemes, fricciones y flujos, Villatuerta: Txalaparta, 2013. p. 9-19.

QUINAN, C. Safe Space. In: RODRIGUEZ, N. M. et al. (Eds.). *Critical Concepts in Queer Studies and Education*. New York: Palgrave Macmillan, 2016. p. 361-369.

REDONDO, M. Topología transmaricabollo. *Pikara Magazine*, 26 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.pikaramagazine.com/2015/03/topologia-transmaricabollo/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

ROBLES, R. G. Repensando los bloques no mixtos. *Orgullos Críticos do Sul*, 04 mar. 2018. Disponível em: <<https://orgulloscriticos.wordpress.com/2018/03/04/repensando-los-bloques-no-mixtos/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

RUDY, K. Radical Feminism, Lesbian Separatism, and Queer Theory. *Feminist Studies*, v. 27, n. 1, p. 190-222, 2001.

RED PUTABOLLONEGRATRANSFEMINISTA. *Manifiesto Transfeminista*. 2010. Disponível em: <<http://morpei.org/2013/manifiesto-transfeminista/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

SOLÁ, M. Pre-textos, con-textos y textos. In: SOLÁ, M.; URKO, E. (Eds.), *Transfeminismos: epistemes, fricciones y flujos*. Villatuerta: Txalaparta, 2013. p. 15-31.

TRUJILLO, G. La protesta dentro de la protesta. Activismos queer/cuir y feministas en el 15M. *Encrucijadas*, v. 12, p. 1-18, 2016.

TRUJILLO, G. 40 años después. *CTXT Contexto Y Acción*, 27 jun. 2017. Disponível em: <<http://ctxt.es/es/20170621/Firmas/13514/ctxt-orgullo-critico-LGBTI-queer-trans.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

SOLÁ, M.; URKO, E. (Eds.). *Transfeminismos: epistemes, fricciones y flujos*. Villatuerta: Txalaparta, 2013.

VASALLO, B. Burkas en el ojo ajeno: el feminismo como exclusión. *Pikara Magazine*, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.pikaramagazine.com/2014/12/velo-integral-el-feminismo-como-exclusion/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

WEEKS, J. *Invented Moralities: Sexual Values in an Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity Press, 1995.

Recebido: 19/03/2018

*Received: 03/19/2018*

Aprovado: 21/06/2018

*Aprobado: 06/21/2018*